

NOTA DO COMITÊ DE PATRIMÔNIOS E MUSEUS DA ABA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

A ABA, bem como o seu Comitê de Patrimônios e Museus tem tido, ao longo das últimas décadas, um profícuo diálogo e efetuado diversas parcerias com o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico, que vão desde a participação dos nossos associados (da ABA) em processos de inventários e planos de salvaguarda, até encontros, colóquios, congressos e seminários onde antropólogos e técnicos do IPHAN se encontram para refletir e contribuir responsavelmente para com a preservação dos patrimônios brasileiros, nas suas variadas categorias.

A iminência da criação de uma Secretaria Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a possível subdivisão das atribuições do IPHAN ou mesmo da extinção deste, gera preocupação, especificamente quanto aos impactos na política de proteção ao patrimônio material e imaterial no país. Tendo sido criado em 1937, a política de preservação do patrimônio brasileiro é a mais bem sucedida e longa política cultural do país. O IPHAN desenvolveu metodologias de inventários, proteção, salvaguarda e divulgação dos patrimônios materiais e imateriais, que se tornaram exemplares para diversos outros Estados-Nações, com destaque para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, através da criação do Registro e do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial em 2000, que vieram ao encontro de demandas dos mais variados setores da população, cujos patrimônios não tinham, até então, sido incluídos nas políticas patrimoniais do país.

Caracterizado pelo alto grau de autonomia, o IPHAN tem desempenhado um importante papel no Estado brasileiro, a partir de uma política cultural mais inclusiva e de reconhecimento dos direitos de toda a população brasileira e de valorização da pluralidade e riqueza cultural do país. Neste caso, é inegável os avanços operados pelas políticas de patrimônio que visam à igualdade racial, à valorização das manifestações de matriz afro-brasileira e indígenas, à garantia de ações estratégicas relativas à cidadania, à valorização da diversidade cultural e, por fim, à equidade no acesso aos bens culturais

A chancela da Paisagem Cultural, a incorporação do Programa Monumenta ao IPHAN e as políticas de proteção aos sítios arqueológicos, são outras, dentre tantas ações importantes do IPHAN, que em caso de sua extinção, estarão também em situação de grande vulnerabilidade.

Visando evitar prejuízos importantes e irreversíveis para o patrimônio cultural, o que significa dizer, para todas as pessoas e grupos portadores e usuários deste bens culturais elencados como os mais representativos da Nação, somos pela manutenção do IPHAN.

O IPHAN é, sem dúvida, fundamental para a continuidade do debate amplo, democrático e plural de nossa cultura, resguardando e ampliando valores essenciais ao desenvolvimento da política de preservação no Brasil.

Sendo o IPHAN um patrimônio do povo brasileiro, REPUDIAMOS veementemente a criação da Secretaria Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional!

Pela manutenção do IPHAN!

Brasília, 15 de junho de 2016.

Associação Brasileira de Antropologia e seu Comitê Patrimônio e Museus